



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA \_\_\_.<sup>a</sup>  
VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS**

**DISTRIBUIÇÃO URGENTE.**

**Procedimento Preparatório n.º 1.22.000.000158/2020-19**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelos Procuradores da República subscritos, com fundamento no art. n.º 129, incisos II e III, da Constituição da República, no art. 6.º, incisos VII, alíneas “c” e “d”, da Lei Complementar n.º 75/93 e na Lei n.º 9.784/1999, propor a presente

## **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

**com PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA**

contra a **UNIÃO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público interno, a ser citada junto à Advocacia-Geral da União, na Unidade Regional de Minas Gerais, localizada na Rua Santa Catarina, n.º 480, bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG;

e o **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP**, autarquia federal, a ser citada junto à Advocacia-Geral da União, localizada SIG Quadra 04, Lote 327, Brasília/DF, CEP 70.610-908, correio eletrônico <[pf.inep@inep.gov.br](mailto:pf.inep@inep.gov.br)>,

pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

	Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007 Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: <a href="mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br">prmg-prdc@mpf.mp.br</a>
--	---




**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

## **I - DO OBJETO DA PRESENTE AÇÃO**

A presente Ação Civil Pública tem por objetivo a obtenção de provimento jurisdicional, com efeito *erga omnes*, para determinar a **suspensão das inscrições/alteração do calendário do SiSU 2020, ProUni e FIES** até que: **1.** seja realizada auditoria no resultado do exame, tal como sugerido pelos especialistas em avaliação educacional; ou, subsidiariamente; **2.i)** o INEP proceda a nova conferência dos gabaritos de TODOS os candidatos que compareceram no ENEM 2019, de forma a garantir a idoneidade, a confiabilidade, a correção do resultado do exame e correspondência entre o gabarito utilizado e a prova realizada pelo candidato; ii) após a nova publicação do resultado do ENEM, o qual deverá considerar a repercussão das notas retificadas no valor atribuído a cada questão do exame (de acordo com a Teoria de Resposta ao Item - TRI prevista do Edital), os candidatos sejam comunicados oficialmente da abertura de prazo para solicitação de verificação de eventuais inconsistências; iii) seja apresentada resposta formal, em prazo razoável a ser definido pelas requeridas, a todos os pedidos de correção/apuração, com retificação da nota final - e sua repercussão no pool -, se for o caso.

Tal medida mostra-se essencial para assegurar a lisura e idoneidade do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, realizado no ano de 2019 - **em que 3,9 milhões de candidatos realizaram a prova** -, em razão de inconsistências que resultaram atribuição de nota a menor, a número significativo de candidatos.

Além disso, a providência mostra-se indispensável em razão de o ENEM ser utilizado por instituições federais de ensino superior, como forma de seleção para ingresso nos cursos de graduação, por meio do Sistema de Seleção Unificada - SiSU; para programas de inclusão educacional, tal como o Programa Universidade para Todos - PROUNI; de financiamento estudantil, como o Programa de Financiamento Estudantil - FIES; para ingresso em algumas cursos de instituições de ensino privadas (em substituição ou complementação ao vestibular; e até para ingresso em 47 (quarenta e sete) instituições de educação que oferecem alguns cursos de graduação da República de Portugal<sup>[1]</sup> .



Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007  
Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

De se frisar, outrossim que, segundo informação contida na representação da União Nacional dos Estudantes - UNE, Associação Nacional dos Pós-Graduandos - ANPG e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, "*o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), (...) oferece **237 mil vagas em Universidades Federais** em todo o país*".

## II. DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

A competência da Justiça Federal vem disciplinada no artigo 109 da Constituição da República de 1988, que dispõe:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I – as causas em que **a União, entidade autárquica** ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; (...)

No caso dos autos, não restam dúvidas sobre a competência do Juízo Federal, haja vista a existência tanto da União Federal, como de autarquia federal no polo procedimental passivo da ação.

Além do mais, tendo em vista que o Ministério Público tem por função precípua a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127 da Constituição Federal. Cabe-lhe, principalmente, por meio de ação civil pública, pugnar pela tutela de interesses difusos e coletivos, consoante disposto no art. 129, III, do mesmo estatuto fundamental.

Concretizando tais preceitos magnos, a Lei Complementar n.º 75/1993, prescreve as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destacam as elencadas nos incisos e alíneas do art. 5.º a seguir transcritos:

I - a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os seguintes fundamentos e princípios:

(...) h) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de



Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007  
Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

qualquer dos Poderes da União;

II - zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos:

(...) d) à seguridade social, à educação, à cultura e ao desporto, à ciência e à tecnologia, à comunicação social e ao meio ambiente;

III - a defesa dos seguintes bens e interesses:

(...) e) os direitos e interesses coletivos, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso;

O Ministério Público Federal, portanto, possui legitimidade para propor ação civil pública, com vistas a assegurar a regularidade do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, especialmente a higidez das notas dos candidatos, de forma a garantir, adequadamente, o pleno acesso à educação superior, em razão do inequívoco envolvimento de interesses sociais e coletivos.

Decerto que, em sendo parte legítima, a presença do Ministério Público Federal, por si só, já atrai a competência da Justiça Federal para julgamento do feito, por força do art. 109, I, da Constituição Federal, conforme entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MPF. **Compete à Justiça Federal processar e julgar ação civil pública quando o Ministério Público Federal figurar como autor.** A ação civil pública, como as demais, submete-se, quanto à competência, à regra estabelecida no art. 109, I, da CF, segundo a qual cabe aos juízes federais processar e julgar "as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho". Assim, figurando como autor da ação o Ministério Público Federal, que é órgão da União, a competência para apreciar a causa é da Justiça Federal. Precedentes citados: AgRg no CC 107.638-SP, Primeira Seção, DJe 20/4/2012; e REsp 440.002-SE, Primeira Turma, DJ 6/12/2004. REsp 1.283.737-DF, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 22/10/2013.

Este também é o entendimento que vem sendo consolidado no âmbito do

	Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007 Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: <a href="mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br">prmg-prdc@mpf.mp.br</a>
--	---



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que os julgados mais recentes da Corte sobre o tema já orientam neste sentido. É o caso do **Agravo Regimental no Recurso Especial 822.816**, julgado em **08/03/2016**, de Relatoria do então Ministro Teori Zavascki, conforme se verifica no voto do i. Relator:

[...] 2 . A decisão agravada é do seguinte teor: [...] 5. No mais, a parte recorrente alega, em síntese, que a presença do Ministério Público Federal em um dos polos da ação não é suficiente para a fixação da competência da Justiça Federal, uma vez que o órgão não se encontra no rol taxativo do art. 109, I, da Constituição Federal. Razão não lhe assiste, contudo. Conforme consignei quando integrava a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (REsp 440.002, de minha relatoria, DJ de 6/12/2004):

**“(...) para fixar a competência da Justiça Federal, basta que a ação civil pública seja proposta pelo Ministério Público Federal. Nesse caso, bem ou mal, figurará como autor um órgão da União, o que é suficiente para atrair a incidência do art. 109, I, da Constituição.** Embora sem personalidade jurídica própria, o Ministério Público Federal está investido de personalidade processual, e a sua condição de personalidade processual federal determina a competência da Justiça Federal. É exatamente isso o que ocorre também em mandado de segurança, em *habeas-data* e em todos os demais casos em que se reconhece legitimidade processual a entes não personalizados: a competência será fixada levando em consideração a natureza (federal ou não) do órgão ou da autoridade com personalidade apenas processual, e essa natureza é a mesma da ostentada pela pessoa jurídica de que faz parte.

Figurando o Ministério Público Federal, órgão da União, como parte na relação processual, a um juiz federal caberá apreciar a demanda, ainda que seja para dizer que não é ele, e sim o Ministério Público Estadual, o que tem legitimação ativa para a causa. Para efeito de competência, como se sabe, pouco importa que a parte seja legítima ou não. (...) Para efeito de competência, o critério *ratione personae* (que é o estabelecido no art. 109, I, da CF) é considerado em face apenas dos termos em que foi estabelecida a relação processual. Em outras

**MPF**  
Ministério Público Federal

Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007  
Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

palavras, para efeito de determinação de competência, o que se leva em consideração é a parte processual, o que nem sempre coincide com a parte legítima. Parte processual é a que efetivamente figura na relação processual, ou seja, é aquela que pede ou em face de quem se pede a tutela jurisdicional numa determinada demanda. Já a parte legítima é aquela que, segundo a lei, deve figurar como demandante ou demandada no processo. (...)

Reafirma-se, assim, **que a simples circunstância de se tratar de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal é suficiente para fixar a competência da Justiça Federal.** Por isso mesmo é que se enfatiza que a controvérsia posta não diz respeito, propriamente, à competência para a causa e sim à legitimidade ativa. **Competente, sem dúvida, é a Justiça Federal.** Cabe agora, portanto, investigar se, à luz do direito, o ajuizamento dessa ação, consideradas as suas características, as suas finalidades e os bens jurídicos envolvidos, é atribuição do Ministério Público Federal ou do Estadual. Concluindo-se pela ilegitimidade daquele, a solução não será a da declinação de competência, mas de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC. (...)"

O recurso não traz qualquer subsídio apto a alterar esses fundamentos, razão pela qual deve ser mantido incólume o entendimento da decisão agravada.

3. Diante do exposto, nego provimento ao agravo regimental. É o voto. Negritou-se.

Ainda, o **Recurso Extraordinário 840.002**, de Relatoria do Exmo. Min. Roberto Barroso, julgado em 31/05/2016, reitera esta nova orientação do Supremo, citando o Ag. Rg. supratranscrito como precedente:

**A jurisprudência desta Corte assentou entendimento de que basta o Ministério Público Federal ajuizar a ação para que seja reconhecida a competência da Justiça Federal.** Vejam-se, nesse sentido, o RE 822.816, de relatoria do Ministro Teori Zavascki, e a ementa do RE 228.955, julgado sob a relatoria do Ministro Ilmar Galvão (...). (grifos nossos).



Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007  
Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Pelo exposto, resta inconteste a competência da Justiça Federal para julgamento da causa, seja por força da aplicação direta do art. 109 da CF/88, seja em virtude da presença pura e simples do Ministério Público Federal no polo passivo da Ação, como orienta o entendimento jurisprudencial pátrio mais recente.

### IV. DA LEGITIMIDADE PASSIVA

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 211, dispõe que “*a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino*”.

Além disso, a Magna Carta prescreve, no art. 211, § 1.º, que a “*União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios*”.

Atualmente, grande parte do ingresso em instituições públicas de ensino no Brasil se efetiva por meio do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM que, ao longo de sua criação, acabou substituindo o tradicional vestibular.

De acordo com informações do *sítio eletrônico* do Ministério da Educação, o ENEM foi criado em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Segundo consta, podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores.

Como sabido, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP foi transformado em autarquia federal pela Lei n.º 9.448, de 14 de março de 1997, tendo sido vinculado ao Ministério da Educação - MEC. Demais disso, foi instituído com o objetivo de planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no país, conforme o art. 1.º, inciso II, da Lei.

	Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007 Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: <a href="mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br">prmg-prdc@mpf.mp.br</a>
--	---





## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

O INEP tem por missão subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo, com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. Nesse sentido, atua no desenvolvimento de avaliações, de exames e de indicadores educacionais a partir de inúmeras frentes e plataformas.

De acordo com as disposições do Decreto Presidencial n.º 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e segundo as determinações da Portaria/Inep n.º 586, de 6 de julho de 2017, se instituiu, a cargo do INEP, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, ferramenta de avaliação do desempenho da educação básica que objetiva contribuir para a melhoria desse nível de escolaridade, bem assim servir de mecanismo de seleção para ingresso no ensino superior. A autarquia federal tem como finalidade planejar e operacionalizar as ações e procedimentos referentes à avaliação da Educação Superior, o que é realizado por meio do Exame Nacional do Ensino Médio.

Portanto, não resta dúvidas de que a União Federal e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP são partes legítimas da presente demanda.

### V - DOS FATOS

O Procedimento Preparatório que lastreia a presente Ação Civil Pública foi instaurado a partir de representação de cidadã-candidata no seguinte teor:

Venho através deste e-mail mostrar minha indignação com o descaso do INEP para resolver o meu caso. Tenho pedido a alguns dias a revisão da minha nota, pois não bate a quantidade de acertos com a nota apresentada no sistema, principalmente das disciplinas do primeiro dia. No dia 20 pela manhã, depois de ter feito três ligações e o email disponibilizado pelo INEP não estar funcionando mais, um dos atendentes abriu um protocolo para revisão da minha nota, que não tive resposta durante o dia por email, como falado que ocorreria pelo funcionário, e quando liguei para ter algum esclarecimento também não tive nenhuma resposta. Estou preocupada em ser prejudicada após esse longo ano de esforço de dedicação diária que foi meu ano de 2019 e gostaria de relatar o ocorrido. Aguardo alguma resposta



Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007

Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

(...)

Na instrução do feito, apurou-se que, no último dia 17/01/2020, o INEP divulgou os resultados individuais do Enem 2019. Posteriormente, insatisfeitos com o resultado obtido - notas baixas apesar de alto acerto de questões - os candidatos movimentaram a rede mundial de computadores, buscando respostas do Ministério da Educação e do INEP acerca do ocorrido.

Os candidatos prejudicados criaram a hashtag <sup>[21]</sup> ~~##~~ [#ErrosNoEnem](#), por meio da qual foi possível observar a repetição considerável de equívocos nas notas dos estudantes, especialmente no Município de Viçosa/MG.

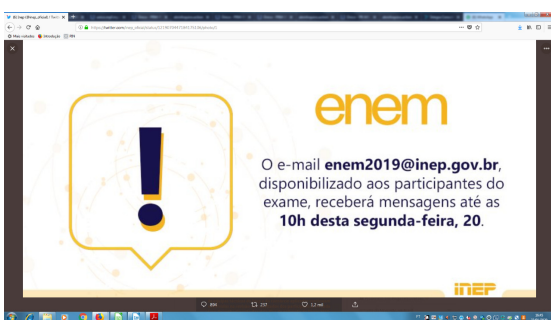
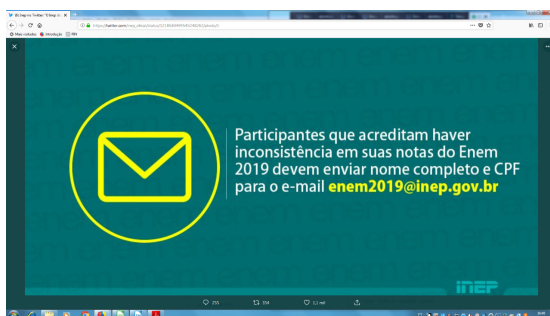
No dia 18/01, sábado, o MEC confirmou a ocorrência de "*inconsistências na contabilização e correção da segunda prova do Enem (...)*". Posteriormente, noticiou-se a abertura de canal para quem tivesse se sentido prejudicado pudesse solicitar a revisão da pontuação, **tendo sido informado no dia 19/01, domingo, às 22h33, que o endereço eletrônico <enem2019@inep.gov.br> receberia mensagens até as 10h00 do dia 20/01/2020, segunda-feira.**



Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007  
Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO**



No dia 21/01/2020, o portal eletrônico do Ministério da Educação divulgou a notícia intitulada "*Dos 3,9 milhões de participantes, 0,15% teve notas com inconsistência no Enem*"<sup>[3]</sup>, **na qual informa ter recebido aproximadamente 172 mil e-mails.**

Frise-se que tais informações foram divulgadas nas redes sociais dos requeridos (*Twitter* e *Instagram* do MEC e INEP) e conta no *Twitter* do Ministro da

	Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007 Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: <a href="mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br">prmg-prdc@mpf.mp.br</a>
--	---



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Educação, Abraham Weintraub. Não houve comunicação oficial, ou envio de e-mail ou qualquer outra comunicação formal entre o MEC e/ou INEP e os candidatos ao ENEM.

Desde que surgiram as primeiras notícias de inconsistências nos resultados do ENEM, o Ministério Público Federal em Minas Gerais recebeu mais de 100 (cem) representações solicitando providências na apuração dos fatos, em vista dos equívocos havidos, com o comprometimento da higidez do certame, e da postura do Ministério da Educação e INEP. Além do mais, diante da exiguidade do prazo assinalado para manifestação de interesse em revisão dos gabaritos/notas, muitos representantes narraram não lhes ter sido possível sequer encaminhar e-mail ao INEP por não terem tido ciência da criação do novel canal em tempo hábil.

Registre-se que, desde o dia 17/01, **em todo o Brasil**, foram protocolizadas quase 500 (quinhentas) representações na Sala de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público Federal de candidatos, pais, professores e cidadãos.

Diante da gravidade da situação, em 20 de janeiro de 2020, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão do Ministério Público Federal, instou o Ministro da Educação a suspender a abertura da inscrição do SiSU, até que as irregularidades fossem sanadas, por meio do ofício n.º 03/2020.

Na sequência, o Ministério Público Federal expediu a **Recomendação MPF/MG n.º 6, de 22 de janeiro de 2020**, por meio da qual recomendou ao Ministro da Educação, ao Secretário de Educação Superior do MEC e ao Presidente do INEP a suspensão das inscrições/alteração do calendário do SiSU 2020 até:

- i) que o INEP proceda nova conferência dos gabaritos de TODOS os candidatos que compareceram no ENEM 2019, de forma a garantir a idoneidade e correção do resultado do exame;
- ii) após a nova publicação do resultado, que sejam comunicados oficialmente da abertura de prazo para solicitação de verificação de eventuais inconsistências;
- iii) seja apresentada resposta formal, em prazo razoável, a todos os pedidos de correção/apuração, com retificação da nota final, se for o caso.

Em resposta ao recomendado, o Presidente do INEP informou que "não

	Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007 Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: <a href="mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br">prmg-prdc@mpf.mp.br</a>
--	---



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

*foram identificadas motivações capazes de ensejar a suspensão ou interrupção das inscrições no Sistema de Seleção Unificada - SiSU 2020 do Ministério da Educação". Na oportunidade, encaminhou: 1. Nota Técnica n.º 2/2020/CGIM/DAEB; 2. Ofício n.º 0477746/2020/DGP-INPE; e 3. Nota Técnica n.º 2/2020/DTDIE.*

Por meio de tais documentos, aponta o INEP que "*foram identificadas duas causas específicas [para as inconsistências], porém com efeitos similares*". A saber:

1 – As provas passam por uma verificação redundante de associação no regime normal de produção e todos os casos de desvio na comparação sistêmica com os dados registrados, são identificados e encaminhados a uma célula de reprocessamento.

Um código de desvio, apesar de estar sendo identificada em regime de produção, não estava recebendo o tratamento sistêmico esperado. Por decorrência estas provas não foram encaminhadas à célula de reprocesso para seu respectivo tratamento.

A verificação e o tratamento na linha de reprocesso destinavam-se a impedir possível erro de associação, o que pode ter sido afetado pela ausência de desvio após a identificação do desvio.

A Consequência desta falha não nos permite assegurar a correta associação, o que deveria ser verificado e tratado na linha de reprocesso.

Estes inscritos foram identificados e encaminhados para verificação e correção de eventual equívoco na associação do gabarito.

2 – Nas células de reprocesso, uma para cada dia de aplicação, os casos de desvios identificados são analisados e definido o tratamento correto e estes passam por uma nova verificação redundante de associação em linha equivalente à do regime normal de produção.

Nesta fase do processo, e especificamente no segundo dia de aplicação, após sermos acionados pelo Inep, foi identificada uma instabilidade em um sensor específico de disparo de leituras dos cadernos de prova.

Com base nas evidências apresentadas pelo INEP, simulamos o processo e conseguimos reproduzir a situação e conseqüentemente elaborar ferramenta para pesquisar a **base de inscritos suspeitos de inconsistência** na associação com o gabarito personalizado.

**MPF**  
Ministério Público Federal

Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007

Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Nos documentos apresentados há informação de que o maior número de casos ocorreu nos municípios de Viçosa/MG, Ituiutaba/MG, Iturama/MG e Alagoinhas/BA. Na Nota Técnica n.º 2/2020/CGIM/DAEB os Técnicos explicitam a metodologia aplicada para a "identificação" das inconsistências. São duas:

2.3.1. Realizamos primeiramente uma consulta no banco de dados de resultados calculados e filtramos os participantes com:

- a) número de acertos na prova de Ciências da Natureza  $\geq 30$  e
- b) número de acertos na prova de Matemática  $\geq 30$  e
- c) número de acertos na prova de Linguagens e Códigos  $\leq 10$  e
- d) número de acertos na prova de Ciências Humanas  $\leq 10$ .

**2.3.2. Encontramos 234 casos. (...)**

2.3.5. Ampliamos a consulta, e fizemos o seguinte filtro:

- a) número de acertos na prova de Ciências da Natureza  $\geq 30$  ou
- b) número de acertos na prova de Matemática  $\geq 30$  e
- c) número de acertos na prova de Linguagens e Códigos  $\leq 12$  e
- d) número de acertos na prova de Ciências Humanas  $\leq 12$ .

**2.3.6. Encontramos cerca de 9940 registros nessa situação (...)**

(...) 2.3.13. (...) No entanto, **houveram (sic) casos isolados em todas as Unidades da Federação**, com exceção de Roraima e Amapá.

A bem da verdade, o MEC e o INEP utilizaram parâmetro de amostragem para tentar identificar as inconsistências ocorridas, sem, todavia, considerar os **173 mil candidatos** (número divulgado pelos próprios), que encaminharam e-mails apontando inconsistências em suas notas (não se podendo olvidar que esse número poderia ser bem maior, já que o expressivo número de candidatos encaminharam seus pedidos a despeito da **inexistência de comunicação oficial, do curto prazo e de se tratar de situação ocorrida em final de semana**).

	Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007 Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: <a href="mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br">prmg-prdc@mpf.mp.br</a>
--	---



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

A assessoria da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais se debruçou sobre as mais de cem representações autuadas no MPF em Minas Gerais e, no desiderato de verificar a manutenção das situações que levaram os candidatos a buscar a intervenção do MPF com vistas à tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos possivelmente violados, entrou em contato com os representantes, via e-mail e telefone, buscando que respondessem aos seguintes questionamentos:

- 1) Foi comunicado da possibilidade em apresentar pedido de revisão de sua nota/gabarito em decorrência das inconsistências na contabilização e correção da (segunda) prova do ENEM 2019?
- 2) Em caso positivo, como tomou conhecimento?
- 3) Enviou e-mail com pedido de revisão?
- 4) Em caso positivo, obteve resposta? (Encaminhar cópia da resposta, se for o caso);
- 5) Houve retificação da nota?
- 6) Outras questões julgadas relevantes.

A despeito de reconhecer a singeleza do resultado frente ao vultoso número de candidatos, imperioso ressaltar que **NENHUM DOS CANDIDATOS RECEBEU RESPOSTA AO E-MAIL ENVIADO AO MEC.**

A resposta do Ministério da Educação à **Recomendação MPF/MG n.º 6**, de 22 de janeiro de 2020, foi protocolizada no final da manhã do dia 24/01/2020; do grande volume de documentos, aponta-se a NOTA n. 00110/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU (Aprovada pelo DESPACHO n. 00134/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU), que menciona expressamente a Recomendação. Transcreve-se excerto:

(...) Dito isso, e para exata compreensão da controvérsia, mostra-se relevante esclarecer que o Exame Nacional do Ensino Médio compete exclusivamente ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (autarquia federal criada pela Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997) e o Sistema de Seleção Unificada - Sisu é gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, conforme melhor detalhado abaixo. Como a Recomendação diz respeito à correção de provas e abertura de prazo para recursos, com respostas fundamentadas, a competência para acatar ou não a Recomendação é da aludida autarquia.



Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007  
Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

(...) **Como se vê, todas as etapas que envolvem o Exame estão sob as atribuições do INEP, sem qualquer ingerência deste Ministério da Educação.**

Assim conclui o Procurador Federal Coodenador-Geral para Assuntos Estratégicos da Advocacia-Geral da União:

(...) **além de a competência para analisar a Recomendação ser, no caso, do Inep, e não do Ministério da Educação (União)**, tem-se que a alegada exiguidade do prazo concedido para que os participantes do Enem/2019 requeressem a revisão de suas notas e a suposta ausência de publicidade não ensejaram qualquer dano ou prejuízo aos participantes do Enem/2019, pois, independente de pedido dos estudantes, a base de dados foi auditada, as inconsistências e erros foram corrigidos de ofício pelo Inep, conforme subsídios técnicos e jurídicos produzidos pela Autarquia e pela Procuradoria Federal ali atuante.

Tais alegações, contudo, não procedem, como será demonstrado mais à frente, seja pela tutela (imprópria) que o MEC exerce sobre o INEP, tanto assim que se teve a presença do próprio Ministro de Estado da Educação ao lado do presidente do INEP em mais de uma ocasião de explicação sobre os fatos, seja porque recomendou-se também a suspensão do SiSU, a cargo de um órgão do próprio MEC, a Secretaria de Educação Superior.

## **VI. DO DIREITO**

A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer, em seu art. 1.º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, alçou-a ao centro do ordenamento jurídico, dando ensejo à efetivação de uma ampla esfera de direitos fundamentais como condição *sine qua non* para a concretização do fundamento constitucional.

Dentre os direitos fundamentais encontra-se a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, na forma do art. 205, da Constituição da



Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007  
Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

República. *Verbis*:

Art. 205. A educação, direito de todos e **dever do Estado** e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Da mesma forma, na esfera infraconstitucional, diversos são os instrumentos normativos que buscam assegurar condições para o pleno exercício desse direito à educação, saúde e o transporte. Nesse sentido, os arts. 4.º do Estatuto da Criança e do Adolescente, e 2.º do Estatuto da Juventude, impõem ao Poder Público o dever de viabilizar, de maneira efetiva, a concretização destes direitos:

**- Estatuto da Criança e do Adolescente:**

Art. 4.º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, **a efetivação dos direitos referentes** à vida, à saúde, à alimentação, **à educação**, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) **primazia de receber proteção** e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) **preferência** na formulação e na **execução das políticas sociais públicas**;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

**- Estatuto da Juventude:**

Art. 2.º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento



Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007  
Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

integral do jovem;

De se ressaltar que o ENEM atualmente corresponde à uma política de Estado, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Além do mais, figura hoje como o maior exame "vestibular" do Brasil - e um dos maiores do mundo -; a prova realizada no ano de 2019 contou com a presença de 3,9 milhões de candidatos.

Como dito alhures, o Enem vem sendo utilizado como porta de acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileiras, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Também se presta ao ingresso no ensino superior em instituições privadas, seja em substituição à prova de vestibular, seja por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), bem como para obtenção de financiamento através do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Por fim, também é utilizado para o acesso a algumas universidades no exterior, sendo uma política pública tão importante que chegou a substituir o vestibular em muitas universidades/faculdades brasileiras.

Dessa forma, o bem jurídico sob tutela vai muito além do interesse imediato dos 3,9 milhões de alunos participantes do ENEM 2019, número que, por si só, já seria suficiente para que o MEC e o INEP tratassem a ocorrência de qualquer falha daquele exame com maiores cuidados e cautelas.

Em verdade, a depender do tratamento que seja dispensado à apuração da extensão das "inconsistências" e às consequências daí decorrentes é a credibilidade do maior instrumento de política educacional do Brasil que está em jogo, pois referido exame vem se afirmando há mais de duas décadas como o meio mais justo, adequado e legítimo de acesso ao ensino superior e avaliador do Ensino Médio no país.

O que está em jogo não é apenas "o resultado do ENEM 2019", mas a credibilidade e lisura de referida política pública!


Ainda que as informações trazidas pelo INEP de que teria atuado com "(...)"

	Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007 Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: <a href="mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br">prmg-prdc@mpf.mp.br</a>
--	---



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

*Cerca de 300 pessoas (...) no sábado e no domingo para revisão da base de dados, seguindo processos e parâmetros estatísticos (...) Todas as provas dos 3,9 milhões de participantes”*<sup>[4]</sup> , fato é que o INEP não conseguiu sequer atender ou mesmo responder às “cerca de 172 mil mensagens” que lhe chegaram desde a noite de sexta-feira, dia 17/01/2019, até a manhã da segunda-feira, dia 20. Isso sem contar as reclamações feitas via telefone 0800 616161.

Além da importância do ENEM como política pública de Estado, ele ainda é o meio pelo qual o Estado avalia, anualmente, a qualidade do Ensino Médio e de seus alunos em todo o Brasil.

Corresponde, portanto, a instrumento fundamental para estabelecer diagnósticos e traçar políticas públicas voltadas ao ensino médio. Nesse caso, abrange público jovem, ao qual a Constituição da República, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude conferem absoluta prioridade pelo "*Estado, pela família e por toda a sociedade*".

As falhas que ensejaram a celeuma atual foram descobertas e apontadas pelos candidatos que tiveram sua expectativa frustrada, muitos dos quais jovens que se dedicaram exclusivamente durante o ano (ou durante anos); o que foi confirmado, posteriormente pelo MEC e INEP.

**O controle social** que possibilitou à Administração Pública o conhecimento da irregularidade e a tomada de medidas para saná-la, ainda que tais medidas afigurem-se insuficientes para restaurar a confiança de que todas as provas foram corrigidas correta e adequadamente.

A postura do Ministério da Educação e do INEP em relação aos candidatos prejudicados afronta o disposto no art. 12, da Lei 13.460, de 26 de junho de 2017 - **Código de Usuário do Serviço Público** -, que "*dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública*". A saber:

Art. 12. Os procedimentos administrativos relativos à análise das manifestações observarão os princípios da eficiência e da celeridade, visando a sua efetiva resolução.



Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007  
Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Parágrafo único. **A efetiva resolução das manifestações dos usuários compreende:**

- I - recepção da manifestação no canal de atendimento adequado;
- II - emissão de comprovante de recebimento da manifestação;
- III - análise e obtenção de informações, quando necessário;
- IV - decisão administrativa final; e
- V - ciência ao usuário.

O Código de Usuário do Serviço Público define serviço público no art. 2.º inciso II, "*atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública*".

No mesmo sentido, é a previsão contida na Lei de Processo Administrativo, a Lei n.º 9.784/1999, que em seu art. 2.º, parágrafo único, inciso X, assim assenta:

Art. 2.º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, **ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.**

(...) X - **garantia dos direitos à comunicação**, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio

Como apurado pelo Ministério Público Federal, as requeridas descumpriram a todos os incisos do parágrafo único! Não emitiram comprovante ao e-mail pessoal dos candidatos, não analisaram todas as solicitações feitas, não houve decisão administrativa final e tampouco ciência ao usuário.

Repita-se que nenhum dos candidatos contatados diretamente pelo MPF nos últimos dias foi comunicado oficialmente sobre o recurso encaminhado - os quais não foram identificados por nenhum protocolo, nem mesmo uma resposta automática.

Portanto, não é razoável que o INEP e o MEC simplesmente afirmem, sem comprovação bastante ou sem a demonstração de elementos **sólidos**, que as falhas apontadas já foram adequadamente corrigidas. As falhas apontadas devem ser esclarecidas



Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007  
Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

a toda a sociedade, e principalmente aos interessados diretos. Do mesmo modo que o "novo resultado" deve ser sindicado pelos candidatos, franqueando aos que se sintam prejudicados a devida reanálise.

Ora Excelência, qual a garantia de que todos os espelhos de respostas foram conferidos adequadamente, de acordo com o gabarito referente ao tipo/cor da prova realizada pelo candidato?

O número crescente de representações que aportaram no Ministério Público Federal em todo o Brasil, desde o dia 17 até o dia 23, demonstram de forma cabal e inequívoca a percepção da sociedade e do público participante de que o ENEM de 2019, até o momento da propositura desta ação, carece da confiabilidade e legitimidade que lhe são característicos.

E é dever inafastável do MPF e do **Poder Judiciário** zelar para que o resultado do Enem reflita, fidedignamente, o desempenho dos estudantes, de modo que o Exame continue a merecer a credibilidade que lhe é característica.

Como já dito, o INEP e o MEC informaram a seleção de critérios e parâmetros estatísticos colhidos a partir de amostragem, tratando os resultados como passíveis de abrangerem todo o universo de exames realizados (3,9 milhões).

Imperioso ressaltar, outrossim, que a sistemática adotada pelo ENEM em relação a pontuação de cada questão é incomum. Para o cálculo das notas de cada área, não se faz uma simples soma do número de questões acertadas no exame, como ocorre nas provas escolares.

"O Inep adota a **Teoria de Resposta ao Item (TRI)**, um conjunto de modelos matemáticos que permitem a comparabilidade entre as edições do exame"<sup>[5]</sup>. Nesse complexo sistema, cada questão tem seu valor definido a partir da análise em dois parâmetros: 1. nível de dificuldade das questões da prova e 2. o comportamento dos estudantes em cada questão.

	Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007 Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: <a href="mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br">prmg-prdc@mpf.mp.br</a>
--	---



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Tal sistemática, já adotada em edições anteriores, também foi prevista no **Edital n.º 14, de 21 de março de 2019**, que tornou pública a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. Nesse sentido, o item 17.3, que se refere às disposições acerca da correção do exame prescreve que “*o cálculo das proficiências dos participantes, a partir de suas respostas às questões de múltipla escolha das provas objetivas, terá como base a Teoria de Resposta ao Item (TRI). O documento com a metodologia utilizada e com os critérios adotados pela banca poderá ser consultado no Portal do Inep, no endereço <[portal.inep.gov.br/enem](http://portal.inep.gov.br/enem)>*”.

### **A retificação da nota de um candidato repercute na nota dos demais!**

Essas são as regras sobre as quais repousa o ENEM, e o respeito efetivo e estrito às regras editalícias de todo e qualquer exame, certame e equivalentes corresponde ao atendimento de princípios constitucionais como legalidade, segurança jurídica, boa-fé objetiva e confiança na atuação da Administração Pública.

E, não é demais lembrar, a presente ACP cuida do ENEM, realizado diretamente por aproximadamente 3.900.000 (três milhões e novecentos mil) estudantes brasileiros. Brasileiros que sonharam, investiram, se dedicaram e, muitos, se entregaram ao projeto/sonho de ingressar no ensino superior por meio do ENEM.

O ENEM, portanto, precisa, formal e materialmente, ser confiável, no sentido de legítimo, com critérios aceitos coletivamente e percebidos como adequados para as finalidades às quais se destinam (afecção fidedigna de desempenho no exame, de modo a possibilitar a seleção isonômica e impessoal).

Em sendo os princípios "mandamentos nucleares" do nosso ordenamento jurídico, são também os verdadeiros alicerces que o suportam. A exata compreensão das regras do sistema somente pode ser atingida a partir dos princípios desse mesmo sistema, surgindo a partir de então a norma jurídica, entendida como regra a serviço de um princípio que se projeta para além dela. Uma regra desprovida de princípios jurídicos jamais poderá se constituir um regra jurídica.

	Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007 Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: <a href="mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br">prmg-prdc@mpf.mp.br</a>
--	---





## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Portanto, é essencial atuação do Poder Judiciário, a fim de resguardar e garantir segurança jurídica e previsibilidade ao cidadão e confiança/credibilidade ao ENEM. E todos esses valores podem ser encontrados em normas constitucionais e também em leis diretamente decorrentes dela (art. 5.º, XXXVI, CR/88; art. 54, Lei n.º 9.784/99).

Nesse sentido, os editais e regramentos do ENEM devem ser entendidos como "leis" do exame e de tudo que ele representa, de modo que a própria legalidade também é descumprida quando não há o estrito cumprimento das regras pertinentes.

Diferentemente do que parece crer o Ministro da Educação e o MEC, no *Twitter*, apesar de supostamente haver mais de 3 milhões de inscrições no SiSU2020, há incertezas acerca do resultado do Enem.



Mais do que as inconsistências apuradas, a resposta do MEC e do INEP geram insegurança jurídica acerca do resultado do ENEM 2019. As representações ao

	Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007 Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: <a href="mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br">prmg-prdc@mpf.mp.br</a>
--	---





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Ministério Público Federal demonstram isso; nos dias 23 e 24/01 aportaram mais de 140 (cento e quarenta) novas representações; só no Estado de Minas Gerais foram, pelo menos, 18 (dezoito). Do mesmo modo, **o crescente número de ações protocolizadas nas diversas Seções Judiciárias da Justiça Federal**<sup>[6]</sup> de todo o Brasil, demonstram que o tratamento dispensado deve ser claro, efetivo e uniforme.

A segurança jurídica pode ser melhor compreendida sob três dimensões: primeiro corresponde à noção de previsibilidade da atuação administrativa; segundo, corresponde à ideia de acessibilidade ao Estado (no caso, MEC/INEP) e de transparência da atuação administrativa; terceiro, novamente à noção de previsibilidade, porém com foco na estabilidade ou permanência das relações jurídicas após a provocação da Administração. O primeiro aspecto se garante com rigor às regras editalícias; o segundo, por meio da absoluta publicidade e adequada e suficiente motivação das decisões, que devem ser claras, coesas e inteligíveis de modo a facilitar o controle por parte dos administrados/interessados; e o terceiro, quando a própria Administração, por autotutela, aperfeiçoa seus atos nulos/anuláveis, ou o Judiciário, quando evita a concretização dos danos e efeitos de determinado ato administrativo destituído de princípios fundamentais da relação que deve haver entre Administração Pública e administrados.

Não foi devidamente explicitado e esclarecido pelo MEC/INEP, quais foram os "equivocos" nas correções que deram origem às inconsistências de notas. Por isso não parece efetivamente comprovado o real universo de exames afetados, mesmo porque as correções/conferências ocorridas da noite de sexta feira, dia 17, às 10h00 da segunda feira, dia 20, **ocorreram por amostragem**, conforme informações do próprio INEP.

Segundo divulgado na matéria jornalística intitulada "***Enem: após erro, especialistas recomendam auditoria e interrupção do Sisu***"<sup>[7]</sup> três especialistas em avaliação educacional, quais sejam, Ocimar Alavarse, da Faculdade de Educação da USP, Nelson Gimenes, do grupo de pesquisa em Avaliação Educacional da Fundação Carlos Chagas, e Wolney Melo, da consultoria Atitude Educacional, autor de tese de doutorado sobre avaliação em larga escala, são uníssonos em afirmar que:



Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007  
Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

O prazo de análise dos equívocos foi insuficiente e as explicações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, e do presidente do Inep, Alexandre Lopes, deixaram dúvidas no ar. Diante desse cenário, a melhor opção para preservar a credibilidade do exame seria uma auditoria no resultado. Até lá, a recomendação é interromper o Sisu, o Sistema de Seleção Unificada que dá acesso às universidades federais.

E "*defendem **maior transparência** sobre o processo de correção das inconsistências — e varreduras mais amplas, com informações detalhadas sobre os 3,9 milhões de exames*".

Ao Ministério Público Federal e a especialistas na área as respostas e medidas adotadas pelo Ministério da Educação e INEP não são bastantes para afirmar, sem sombra de dúvidas, que as "inconsistências" foram adequadamente tratadas e que o resultado do Enem seja fidedigno, hígido e respeitoso a todos os candidatos que realizaram a prova e buscam ingressar no ensino superior!

Dessa forma, em não tendo sido acatada da Recomendação MPF/MG n.º 6, de 22 de janeiro de 2020, resta o acionamento ao Poder Judiciário, na busca tutela da higidez, lisura, credibilidade e fidedignidade do Enem, e ainda, atendendo às legítimas expectativas dos candidatos de que o resultado do exame reflita seu real desempenho.

Mesmo que se reconheça o interesse das requeridas em fazer valer o cronograma do SiSU, FiES, ProUni, e demais atos deles decorrentes, é de se ter, também, que esse interesse público secundário (de ver concretizado seu planejamento como se não tivesse ocorrido inconsistências) não pode suprimir o interesse público primário dos candidatos (de ver seu real desempenho no Enem na nota final), das Instituições de Ensino Superior (de que sejam recrutados os estudantes com melhor rendimento) e da sociedade (de confiança no Enem e de ter adequadamente analisado o Ensino Médio no Brasil).

Os argumentos do MEC/INEP no intuito de buscar o cumprimento do cronograma previamente traçado para o ENEM e seus inúmeros consectários (SISU;

	Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007 Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: <a href="mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br">prmg-prdc@mpf.mp.br</a>
--	---



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

ProUni; FIES), não são bastantes a se sobrepor aos princípios já mencionados (legalidade; segurança jurídica; boa fé objetiva; impessoalidade; transparência; confiança; publicidade, entre outros), e menos ainda a bens jurídicos como o respeito, a consideração e a dignidade que merecem os candidatos que se dedicam e se preparam para o ENEM.

As instâncias de controle devem zelar para que os interesses públicos secundários não se sobreponham aos primários. Deve ser garantido ao administrado a possibilidade de participação efetiva na construção de uma Administração Pública democrática e republicana, mais acessível e disponível ao cidadão. Não é demais relembrar que foram os estudantes, interessados e candidatos do ENEM que buscaram o Ministério Público e o Poder Judiciário para corrigir os equívocos/erros que vêm sendo negados ou reconhecidos apenas a conta-gotas e tardiamente pelo MEC/INEP.

Nunca é demais rememorar que o reconhecimento da maior extensão dos erros/equívocos e, conseqüentemente, danos, após já encerrado o SiSU, a seleção do ProUni e FIES será extremamente danoso e irreversível.

### VII. DA TUTELA DE URGÊNCIA

O Código de Processo Civil prevê que a tutela provisória pode se fundamentar em urgência ou evidência (art. 294). A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (art. 300).

À vista dos argumentos expendidos e das peculiaridades do caso, torna-se imperiosa a antecipação dos efeitos da tutela, frente a necessidade de tutelar o interesse público primário dos candidatos (de ver seu real desempenho no Enem na nota final), das Instituições de Ensino Superior (de que sejam recrutados os estudantes com maior rendimento) e da sociedade (de confiança no Enem e de ter adequadamente analisado o Ensino Médio no Brasil).

De se anotar que o prazo para as inscrições no Sistema de Seleção Unificada (SiSU) - sistema em que instituições públicas de ensino superior de todo país oferecem

	Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007 Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: <a href="mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br">prmg-prdc@mpf.mp.br</a>
--	---



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

vagas para candidatos participantes do Enem - foi prorrogado até o dia 26/01/2020, domingo, **com a divulgação do resultado final agendada para o dia 28/01/2020**. Neste momento será consolidado o resultado final do Enem e divulgadas as seleções para ingresso em grande parte das instituições públicas de ensino superior que o utilizam como substituto do vestibular.

E, enfim, sobre a possibilidade de alegação de irreversibilidade da medida, seguimos sempre o ensinamento de Barbosa Moreira:

(...) exclui-se, em princípio, a possibilidade da antecipação quando houver perigo de mostrar-se irreversível a situação resultante da decisão antecipatória; **mas é forte a tendência a atenuar, em casos graves, o dano ser sofrido pela parte interessada, se não se antecipar a tutela.** (grifos nossos).

Dessa forma, ganha força, na doutrina e nos tribunais, a chamada teoria da irreversibilidade recíproca, conforme lição de Alexandre Câmara:

Há casos em que o indeferimento da tutela antecipada pode causar um dano ainda mais grave do que seu deferimento. (...) Nestas hipóteses, estar-se-á diante de verdadeira 'irreversibilidade recíproca', caso em que se faz possível a antecipação da tutela jurisdicional. Diante de dois interesses na iminência de sofrerem dano irreparável, e sendo possível a tutela de apenas um deles, caberá ao juiz proteger o interesse mais relevante, aplicando-se o princípio da proporcionalidade, o que lhe permite, nestas hipóteses, antecipar a tutela jurisdicional (ainda que, com tal antecipação, se produzam efeitos irreversíveis).

Portanto, cabível a concessão antecipada dos efeitos da tutela jurisdicional no caso, diante dos elementos ora apresentados e principalmente da necessidade de evitar o perecimento de bens jurídicos muito mais relevantes e irreparáveis que o mero interesse das rés de verem respeitado o cronograma.

Assim, com fulcro nos artigos 300 e 311 do CPC, bem como na Lei da Ação Civil Pública – Lei n.º 7.347/85, em face à urgência reclamada pela espécie de direitos ora tutelados e, em vista do atendimento às exigências do Código de Processo Civil, requer-se a concessão da antecipação dos efeitos da tutela pretendida para que seja determinada

	Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007 Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: <a href="mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br">prmg-prdc@mpf.mp.br</a>
--	---



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

a **suspensão das inscrições/alteração do calendário do SiSU 2020, FIES e ProUni até que:**

i) o INEP proceda nova conferência dos gabaritos de TODOS os candidatos que compareceram no ENEM 2019, de forma a garantir a idoneidade, correção do resultado do exame e correspondência entre o gabarito utilizado e a prova realizada pelo candidato; ii) após a nova publicação do resultado do ENEM, que sejam comunicados oficialmente da abertura de prazo para solicitação de verificação de eventuais inconsistências; iii) seja apresentada resposta formal, em prazo razoável a ser definido pelas requeridas, a todos os pedidos de correção/apuração, com retificação da nota final, se for o caso.

### IX. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, o **Ministério Público Federal** pede e requer o quanto segue:

**a)** em face da urgência, a dispensa de **intimação** prevista no art. 2.º da Lei n.º 8.437/1992;

**b)** a **concessão de tutela provisória de urgência** (antecipação dos efeitos da tutela), uma vez que presentes os pressupostos autorizadores, para determinar a **suspensão das inscrições/alteração do calendário do SiSU 2020, FIES e ProUni** até que seja realizada auditoria no resultado do exame, tal como sugerido pelos especialistas em avaliação educacional:

**c)** subsidiariamente ao item anterior, a **concessão de tutela provisória de urgência** (antecipação dos efeitos da tutela), uma vez que presentes os pressupostos autorizadores, para determinar a **suspensão das inscrições/alteração do calendário do SiSU 2020, FIES e ProUni** até que:

**i )** o INEP proceda a nova conferência dos gabaritos de TODOS os candidatos que compareceram no ENEM 2019, de forma a garantir a idoneidade, a confiabilidade, a correção do resultado do exame e correspondência entre o gabarito utilizado e a prova realizada pelo candidato;

**ii)** após a nova publicação do resultado do ENEM, o qual deverá considerar a repercussão das notas retificadas no valor atribuído a cada questão do exame (de acordo com a Teoria de

**MPF**  
Ministério Público Federal

Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007

Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Resposta ao Item - TRI prevista do Edital), os candidatos sejam comunicados oficialmente da abertura de prazo para solicitação de verificação de eventuais inconsistências;

**iii)** seja apresentada resposta formal, em prazo razoável a ser definido pelas requeridas, a todos os pedidos de correção/apuração, com retificação da nota final - e sua repercussão no pool -, se for o caso.

**d)** a intimação dos réus para participação de Audiência de Conciliação a ser designada com máxima urgência, com eventual participação de especialistas em avaliação educacional presencialmente ou via videoconferência;

**e)** citação dos réus para, querendo, oferecer resposta, sob pena de revelia, de acordo com os arts. 335, 336 e 344 do Código de Processo Civil;

**f)** Após o deferimento da tutela provisória de urgência, requer a procedência dos pedidos em sede de decisão meritória, com a consequente condenação das requeridas:

**g)** a fixação de multa diária, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões reais), em caso de descumprimento das medidas condenatórias, tanto em sede de antecipação dos efeitos da tutela, quanto da decisão de mérito.

**h)** a produção de todas as provas em direito admitidas;

**i)** a dispensa do pagamento de custas, emolumentos e outros encargos, em vista do disposto no artigo 18 da Lei n.º 7.347/85.

Dá-se à causa o valor de R\$ R\$ 1.000,00 (mil reais), para cumprir o disposto no art. 291 do CPC.

Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2019.

(assinatura eletrônica)

**HELDER MAGNO DA SILVA**

Procurador da República

Procurador Regional dos Direitos do Cidadão



Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007

Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

(assinatura eletrônica)

**EDMUNDO ANTONIO DIAS NETTO JUNIOR**

Procurador da República

Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Substituto

(assinatura eletrônica)

**FELIPE DE MOURA PALHA E SILVA**

Procurador da República

Coordenador do Grupo de Trabalho Educação em Direitos Humanos da PFDC

(assinatura eletrônica)

**JULIO JOSÉ ARAUJO JUNIOR**

Procurador da República

Integrante do Grupo de Trabalho Educação em Direitos Humanos da PFDC

---

Notas

1. <sup>^</sup> Vide informação constante do site do INEP., disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/enem/enem-portugal>>, acesso em 23/01/2020.
2. <sup>^</sup> undefined
3. <sup>^</sup> Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=84641:dos-3-9-milhoes-de-participantes-0-15-teve-notas-com-inconsistencia-no-enem&catid=418&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=84641:dos-3-9-milhoes-de-participantes-0-15-teve-notas-com-inconsistencia-no-enem&catid=418&Itemid=86)>; acesso em: 22/01/2020.
4. <sup>^</sup> Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=84641:dos-3-9-milhoes-de-participantes-0-15-teve-notas-com-inconsistencia-no-nem&catid=418&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=84641:dos-3-9-milhoes-de-participantes-0-15-teve-notas-com-inconsistencia-no-nem&catid=418&Itemid=86)>; acesso em: 22/01/2020.
5. <sup>^</sup> "Para Entender a Nota - A nota de cada uma das quatro áreas de conhecimento no Enem é calculada a partir de uma escala, que é como uma régua que mede o nível de conhecimento do participante. O desempenho médio dos concluintes no ensino médio do ano 2009 encontra-se no meio desta régua, os 500 pontos. Dessa forma, as questões da prova ocupam uma posição diferente na régua, de acordo com seu nível de dificuldade. Nesse sentido, as perguntas situadas na régua abaixo de 500 têm um nível de dificuldade menor para a maioria dos estudantes, e as acima de 500, uma dificuldade maior." Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/artigo/>>

**MPF**  
Ministério Público Federal

Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007

Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

/asset\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/faltam-3-dias-para-resultados-do-enem-entenda-como-sao-calculadas-as-notas/21206>; acesso em 23/01/2020.

6. <sup>^</sup> Segundo divulgado na mídia, "Dez ações pedem na Justiça a suspensão de inscrições no Sisu". Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino\\_ensinosuperior/2020/01/24/interna-ensinosuperior-2019,822847/dez-aco-es-pedem-na-justica-a-suspensao-de-inscricoes-no-sisu.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino_ensinosuperior/2020/01/24/interna-ensinosuperior-2019,822847/dez-aco-es-pedem-na-justica-a-suspensao-de-inscricoes-no-sisu.shtml)>; acesso em 24/01/2020.

7. <sup>^</sup> Disponível em: <veja mais em <https://rodrigotier.blogosfera.uol.com.br/2020/01/21/enem-apos-erro-especialistas-recomendam-auditoria-e-interruptao-do-sisu/?cmpid=copiaecola>>; acesso em 24/01/2020.



Av. Brasil, n.º 1877, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140-007

Tel: (31) 2123-9053 – e-mail: [prmg-prdc@mpf.mp.br](mailto:prmg-prdc@mpf.mp.br)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-MG-00004001/2020 PETIÇÃO**

.....  
Signatário(a): **JULIO JOSE ARAUJO JUNIOR**

Data e Hora: **24/01/2020 15:14:23**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **EDMUNDO ANTONIO DIAS NETTO JUNIOR**

Data e Hora: **24/01/2020 15:29:30**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **FELIPE DE MOURA PALHA E SILVA**

Data e Hora: **24/01/2020 15:10:58**

Assinado com certificado digital

.....  
Signatário(a): **HELDER MAGNO DA SILVA**

Data e Hora: **24/01/2020 15:15:17**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 3935E43D.4E4EB63F.2840848B.7B37710A